



**BOLSONARISM AND  
WOMEN: FROM ANCIENT  
SORCERESS AND  
PRIESTESSES TO MEDIEVAL  
WITCHES AND MODERN  
"COMMUNISTS"**

ANTROPOLOGÍA POLÍTICA

**RAÍCES**  
Revista Nicaragüense de Antropología

# O Bolsonarismo e a mulher: de feiticeiras e sacerdotisas da antiguidade a bruxas medievais e “comunistas” modernas

Bolsonarism and women: from ancient sorceress and priestesses to medieval witches and modern “communists”

Rossemildo da Silva Santos

Docente/ Pesquisador

Instituto Federal de Goiás/ Águas Lindas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4247-0655>

rossemildo.santos@ifg.edu.br

Recibido: 04-05-2021

Aceptado: 10-08-2021



Copyright © 2021 UNAN-Managua  
Todos los Derechos Reservados.

## Resumo



Quando se recorria às mulheres na antiguidade clássica para que resolvessem problemas não resolvíveis meios tradicionais, essas sacerdotisas e feiticeiras nada mais representavam que uma crença corriqueira da sociedade de então, embora já se tenha notícias de que algumas poderiam representar forças malignas. O tempo passou e, com o advento sobretudo do pensamento mágico religioso, alimentado por esses folclores do passado, as mulheres envolvidas em rituais representativos de algum tipo de poder, no caso relacionados ao espiritual, foram literalmente demonizadas e, dessa forma, retiradas dos espaços sociais e, quando “teimosas”, queimadas. Para compreender como esse imaginário do extermínio/ ódio à mulher não cessou, traça-se, neste trabalho, um paralelo entre elas e a construção da narrativa de que as maleficae não desapareceram: atualmente se escondem como lobo em pele de cordeiro detrás de falas mansas “comunistas” nos rostos de uma Manuela Dávila, uma Maria do Rosário, uma Dilma Rousseff ou Marielle Franco, segundo o bolsonarismo.

**Palabras claves:** Bolsonarismo; mulheres de esquerda; bruxas; pensamento mágico.

## Abstract

When women were used in classical antiquity to solve problems unsolvable by traditional means, these priestesses and witches represented nothing more than a common belief in the knowledge of society at that time, although it is already known that some could represent evil forces. Time passed and, with the advent, above all, of religious magical thinking, fueled by these folklores from the past, women involved in rituals representing some kind of power, in this case related to the spiritual, were literally demonized and, in this way, removed from the spaces social and, when “stubborn”, burned. In order to understand how this imaginary of extermination/hate to women has not ceased, this work draws a parallel between them and the construction of the narrative that the maleficae have not disappeared: they currently hide like a wolf in sheep’s clothing behind soft speeches “communists” in the faces of a Manuela Dávila, a Maria do Rosário, a Dilma Rousseff or Marielle Franco, according to bolsonarism.

**KeyWords:** Bolsonarism; left women; witches; magic thought.

## Introducción

Quando falou-se da devastação que as famigeradas fake news causaram no Brasil (SANTOS, 2021), tendo como principal executora a máquina Bolsonaroista reconhecida no país por “Gabinete do ódio”, entendido aqui como um aparato de robôs e aficionados ao Presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e demais satélites ideológicos criadores e vivenciadores de realidades paralelas por meio de mentiras escatológicas e escandalosas, não se pode esconder o papel que o Movimento Brasil Livre-MBL empreendeu nessa jornada de normalização do ódio e intolerância. Tanto que podem ser os integrantes desse grupo político coautores do que, mais tarde, veio a ser o Bolsonaroismo.

A mulher, o feminino, aliado ao pensamento religioso predominante nos movimentos supracitados, frequentemente seria utilizado para ridicularizar e/ou demonizar inimigos políticos e grupos sociais que consideravam opositores. Quando o MBL substituiu esferas políticas tidas como espontâneas, sobretudo no movimento que se convencionou chamar de *Jornadas de Junho* (RICCI & ARLEY, 2014, p. 236), cume de uma sequência de atos populares cujas reclamações nas ruas orbitavam o governo da então Presidente do País, Dilma Rousseff, em 2013, utilizou-se de signos imagéticos fortes e misóginos para representar a mandatária geral do executivo. Era comum ver em automóveis a imagem de Rousseff exposta nos tanques de gasolina dos veículos, o que resultou em um insulto visual composto de pernas insinuantes asteadas mediadas por uma esfera globular na qual se inseriria a bomba de gasolina, sob a figura do rosto da então

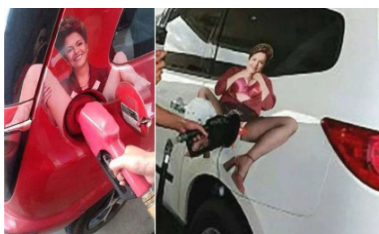


Figura 1: Adesivos insultantes de automóveis em alusão à então Presidente Dilma Rousseff. Fonte: TERRA, 2015.

A mulher sempre causou pane generalizada em setores sociais no decorrer da História. Desde a fase adâmica, quando Eva se atreveu a desobedecer ordens divinas de não consumir frutos proibidos, as interpretações literárias apaixonadas terminaram por satanizar o elemento feminino, mormente no imaginário religioso, culminando com o amaldiçoamento da mulher em suas gerações posteriores, desde a primeira delas até sua última semente, já no Séc. XXI. Culpa-se a mulher pela desobediência desde aquele então, no evento edênico, passando por queimas no atacado durante a Inquisição até adesivação indecorosas de veículos com imagem de uma certa ex presidente brasileira.

Se nas sociedades clássicas, a personagem da feiticeira e/ou sacerdotisa figurava imprescindível para a concretização da normalidade da vida, dado que seria comum o sujeito daquela contemporaneidade solicitar pedidos a elas por meios além dos disponíveis ao indivíduo ordinário, nas modernas as mesmas figuras seriam interpretadas como representantes do mal, satânicas. O que fôra lícito e espiritual na antiguidade, nos dias atuais seria recepcionado com certo ódio e ojeriza. Porém é na Idade Média que a associação entre o elemento feminino e a bruxaria se tornaria discurso corriqueiro, a partir da publicação, por parte do Papa Inocêncio VIII, em 1484, do *Summis desiderantes affectibus*, e do *Malleus maleficarum*, em 1487, cuja autoria se atribui a dois padres dominicanos, Heinrich Kramer e Jacob Sprenger (KRAMER & SPRENGER, 2020).



Vê-se, nesse contexto, como a Igreja fabricou o conceito que sobreviveu ao tempo sobre a bruxaria e a consequente demonização da mulher (VER FIGURA 2), justificado pela inspiração divina das escrituras, que reiteram em seus longos capítulos o papel pernicioso do feminino, a necessidade de sua submissão e de sua atuação unicamente na procriação da espécie, além de justificação de extermínio de mulheres e crianças frente a batalhas vencidas contra inimigos por território ou capricho da divindade ora narradora ora incitadora (BAROJA, 1961, p. 250).



Figura 2: Associar bruxas com o diabo era uma maneira de justificar a perseguição e matança de mulheres na Idade Média. Fonte: CARRANCO, 2020.

Na mesma toada, nos dias atuais, os grupos políticos fracassados nas últimas eleições brasileiras ressurtem depois de sentarem-se e discutir o que causaria frisson na sociedade brasileira a fim de que seu papel conservador/ reacionário voltasse a ter relevância nas bocas/ imaginários dos eleitores. Ressignificar, segundo suas óticas distorcidas, o conceito de “comunismo” e colocar como representantes-mor dessa “ideologia” satânica algumas mulheres, entre elas a chefe do executivo brasileiro, além de associá-la(s) a pautas condenadas pela psiquê fundamentalista da maioria dos brasileiros.

É quando o MBL entra em cena com a PL 352/ 2019, proposta para criminalizar ainda mais a mulher pelo fato de ser mulher. Apelando à pauta abortista para evidenciar ainda mais a face novo-envelhecida no movimento, decaído desde seu desgaste com o irmão gêmeo, o bolsonarismo, e para exorcizar o aspecto malefice da mulher, Fernando Holiday, vereador do Estado de São Paulo, um rapaz negro, cristão, adepto do celibato, estridente em suas posições reacionárias, o MBL visa o cessar da prática do aborto mesmo nos únicos três casos em que é permitido por lei no Brasil: estupro, risco de morte da mãe e feto anencefálico. Esses agitadores populares vivem disso: do histerismo e da apelação a assuntos pouco compreendidos sobretudo para uma população de imaginário predominantemente religioso/ supersticioso e raramente dada a debates de cunho científico/ empírico. Munidos desta realidade, esses grupos políticos sobrevivem de parasitar o medo e a ignorância de grande parte da sociedade brasileira. Por isso,

“Quando a religião prepondera em uma dada comunidade, a consequência é que as regras jurídicas são atribuídas às divindades e são difíceis de ser modificadas, razão por que se torna mais difícil a infiltração de normas humanitárias nessas localidades. É por isso que encontramos enormes dificuldades na afirmação dos direitos humanos em comunidades onde o elemento religioso está entrelaçado com as leis ou com as políticas públicas, como é o exemplo de alguns países do Oriente. Lá os dogmas religiosos regulam as liberdades das pessoas por intermédio do poder estatal (NETO, 2020, p. 267)

O aborto, visto de fora desde prismas do senso comum, legitimado pelas narrativas bolsonaristas do terraplanismo dos conhecimentos, da opinião “free style”, marca o corpo feminino dentro do espectro da criminalização, destoantes as perspectivas do establishment social. Como a “bruxa” medieval, ou quem sabe a autonomia das famigeradas Amazonas, normalmente mulheres/ idosas sozinhas, sem a “proteção” de um macho, ou jovens não encaixadas no mecanismo social vigente, associar o aborto com certas figuras de esquerda soam para os grupos reacionários brasileiros como uma caracterização contida no *Malleus maleficarum*. Identificada a bruxa, basta torturá-la e queimá-la.

Em entrevistas realizadas por Solano e Rocha, a prática do aborto foi sumariamente criminalizada, sobretudo se se mostrasse panorama em que mulheres tiveram relações sexuais consensuais. E, nessas falas, a figura masculina desaparece, como se a mulher, em todas as circunstâncias de gravidez, tivesse o poder do concebimento sozinha, como mostra o relato de uma mulher de 27 anos, parda e evangélica de Porto Alegre: “as feministas querem abortar quando quiserem, fecha as pernas! Elas não têm limites... imagina, se legalizar o aborto vira epidemia. Não quis na hora de fazer então agora se responsabiliza também (...)” (2019, p. 67). É um discurso recorrente dos bolsonaristas nas redes sociais, onde somente a mulher é culpada pela gravidez, ou seja, não houve participação do gameta masculino, a “virgem” apenas concebeu.

Essas práticas MBListas/ bolsonaristas fazem lembrar uns certos episódios históricos, além dos já mencionados, entre, obviamente, os vários em que mulheres passaram a ser vítimas em seus silêncios e silenciamentos frente aos algozes. Trata-se do Holocausto Brasileiro, chamado assim não por um desrespeito ao Holocausto Judeu que, com todo a reverência que se tenha pelas vítimas, foi um ato incomparável. Mas apenas por alusão, dado que consiste em uma obra de Daniela Arbex.

O Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, criado em 1903, foi palco de incontáveis atrocidades contra o ser humano. Embora a obra supramencionada não seja a única nem a primeira a tratar do assunto, ela revelou, de modo cru, as práticas executadas nos tratamentos aos que eles consideravam alienados. Embora a instituição não seja, de igual forma, única no país nesse tipo de “tratamento”, os relatos que se têm acerca dos indivíduos ali internados nos revelam outro traço do ódio à mulher:

“Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. (ARBEX, 2013, p. 13)

A culpabilização da mulher pelo estupro, pela sedução ou por “provocar o homem”, normalmente entre frases de “se tava com roupa curta estava pedindo” ou “estava fora de casa tarde por quê?”, a exigência pela virgindade das moças, a gravidez, sobretudo “indesejada”, entre outros, fazem parte do rol que acompanha qualquer atrocidade que se pratica contra elas durante a história. Além disso, no Colônia em Barbacena-MG, há relatos de mulheres grávidas que usavam fezes como repelentes para que mantivessem longe de si agressores de seus fetos, mas, mesmo assim, conta-se que aproximadamente 30 bebês foram roubados de suas mães quando estas davam à luz, em um total de 60 mil mortos.

O projeto aludido de Fernando Holiday/ MBL prevê internação psiquiátrica de mulheres, além de “tratamento” religioso.

Como chegamos ao ponto de normalizar holocaustos brasileiros como o de Barbacena e de propor sua continuidade em 2019 com o MBL?

O “pensamento mágico” dessas comunidades normalmente religiosas que, como se tem visto, durante o percurso histórico tem atribuído ao feminino compleição maléfica proposital, de pré-disposição às trevas, denota uma inclinação ao primitivismo e à infantilidade. A retomada das mitologias “pagãs” para reacender conceitos ultrapassados e respaldar discursos de ódio se vincula a falas demonizadoras de mulheres da oposição política na atualidade, entusiasmando o sentimento de pertencimento religioso, de um “fazer parte”, de utilidade, de “vaso” nas mãos de divindades vingativas que os utilizam para cumprir sua “justiça” exterminadora.

Se as feiteceitas gregas/ romanas já causavam certo frisson nas comunidades de pensamento mágico, de igual maneira as Amazônas povoavam a mente dos curiosos numa época em que as sociedades patriarcais temiam a participação das mulheres nos nichos urbanos. O fato de as mitologias explicarem complexos psicológicos em estudos atuais subjaz às narrativas das guerreiras que teriam vivido em comunidade em que o elemento masculino era não apenas inexistente como absolutamente descartável. O susto que mulheres bélicas provocavam nessas sociedades atravessou os séculos. Não à toa a região que abarca 60% do território brasileiro se chamar “Amazônia” graças ao imaginário medieval seiscentista eternizado nas crônicas de viagem de Gaspar de Carvajal, que afirma em suas folhas haver presenciado, junto com os membros de sua expedição, um grupo de senhoras guerreiras que atacaram seu barco que flutuava pelas águas do imenso rio (SANTOS, 2015).

O ódio à mulher parece ser um jingle desses grupos político-religiosos extremados. O episódio do embate entre Jair Bolsonaro e a Deputada do Partido dos Trabalhadores-PT Maria do Rosário (RS) se tornou icônico pelo fato de o vídeo ter sido manipulado de forma que desse a entender que a parlamentar havia acusado o interlocutor de ser estuproador, o que ficou comprovado judicialmente ser uma farsa, dado que ele foi condenado pelo STF a pagar indenização no valor de R\$ 10.000,00 por haver retrucado que não a estuproaria por considerá-la “feia”. A petista doou os valores para causas de mulheres vítimas de violência.

As imagens do embate se espalharam pelas redes bolsonaristas, causando ojeriza dos mesmos para com a Deputada. O embate inspirou o ódio do “humorista” Danilo Gentili a fazer um trocadilho com o cargo que a parlamentar ocupa, destacando, no vocábulo “deputada” o termo “puta”, em seguida inserindo papéis dentro de suas vestes e roçando-os contra seu órgão fático, conteúdo entendido pela justiça brasileira como insulto machista e ofensivo misógino, condenando-o a 6 meses e 28 dias de prisão em regime semiaberto pela 5ª Vara Criminal de São Paulo.

Mesmos condenados, ambos se tornaram referência em ofensivas misóginas de grupos já pré-dispostos a odiar mulher. Sobretudo Jair Bolsonaro, que se converteu no Presidente deles. Graças ao ódio desenvolvido tanto contra Maria do Rosário quanto pelo Partido dos Trabalhadores, proteger mulheres se tornou discurso de “petista”, com quem os bolsonaristas não querem ser associados de maneira alguma. Dessa forma, o elemento masculino cavernícola habitante nos rincões brasileiros mais profundos despertou com bastante disposição. O gigante havia acordado.

Com isso, as máquinas de fake news bolsonaristas começaram a “trabalhar”. Maria do Rosário passou a ser associada com defensores de bandidos menores de idade e defensora dos direitos humanos que, na conceituação distorcida do bolsonarismo, equivaleria a tutelar marginais em detrimento do “cidadão de bem”. Obviamente, os bolsonaristas se veem obrigados a estar do lado destes últimos. Em 2016, enquanto um Policial Militar dirigia seu veículo como motorista particular autônomo, acabou por reagir com disparos a um assalto, onde dera cabo de três assaltantes. Nas fake news bolsonaristas, circulou a mentira de que Rosário teria publicado que seria melhor o PM “opressor” ter morrido do que os assaltantes, pois “Caso ele não tivesse reagido, apenas uma família choraria. Assim, o prejuízo teria sido menor para a sociedade” (ESTADÃO, 2020). O aspecto misógino de agredir mulheres e derreter suas reputações é estrutural do bolsonarismo. Essas mentiras, com montagens relativamente bem preparadas de perfis falsos de redes sociais como se fossem verdadeiros (VER FIGURA 3), faz parte da identidade bolsonarista em sua mais profunda manifestação.

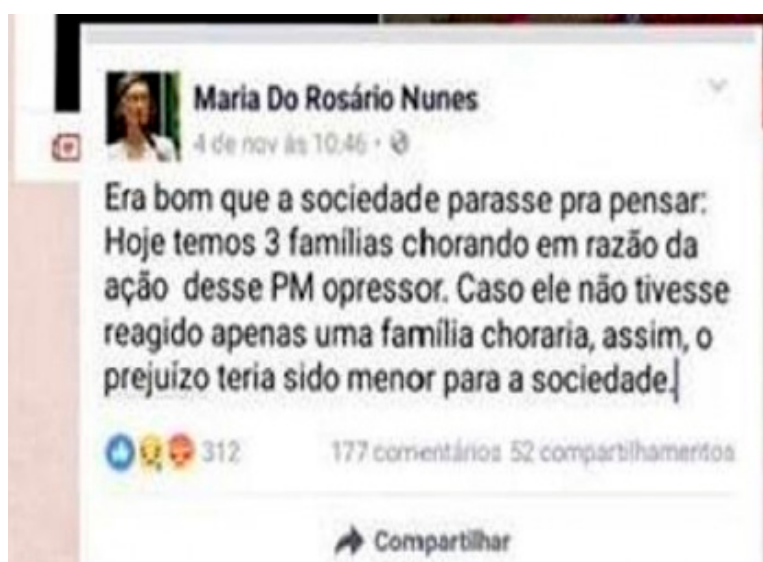


Figura 3: Montagem criada pelas redes de fake news bolsonaristas sobre Maria do Rosário (PT). Fonte: Estadão.

Outro alvo do panteão político brasileiro é a ex Deputada Manoela D’ávila (PCdoB-RS). Por integrar o Partido Comunista no Brasil, Dávila pode ser considerada uma das maiores vítimas de fake news das redes bolsonaristas, que, além de criarem, com uma rede sofisticada travestida de filosofia com o guru foragido da justiça Olavo de Carvalho que, desde os Estados Unidos vende curso de “filosofia” sem possuir carreira acadêmica alguma, tendo entre seus alunos, inclusive, o ex chanceler Ernesto Araújo, também possuem uma assessoria multicefálica de proliferação do veneno das mentiras acerca de inimigos políticos. As mentiras encontram terreno fértil nos medos da gente brasileira, grande parte atormentada por ilusões folcloristas de inimigos imaginários e iminentes. Assim, o “comunismo” associado a Manuela gera sentimentos primitivos nos bolsonaristas, pois é um conceito “esvaziado de qualquer conteúdo específico”, além de ser

“transformado em um receptáculo para todos os tipos de projeção hostil, muitos deles em um nível infantil algo remanescente da representação das forças malignas nas histórias em quadrinhos. A imprecisão da noção de comunismo, que a torna uma grandeza desconhecida e inescrutável, pode até mesmo contribuir para os afetos negativos a ela associados (ADORNO, 2019, p. 475).



Tanto na campanha à Vice-Presidência do Brasil, em 2018, como para Prefeita de Porto Alegre (2020), Manuela D'Ávila enfrentou uma enxurrada de imagens em tentativas de torná-la um corpo ameaçador e em falas que nunca proferiu: “o cristianismo vai desaparecer, vai diminuir e encolher. (...) Nós somos mais populares do que Jesus neste momento”, diz um dos enunciados da fake news em que a imagem da então postulante a Vice-presidente se vincula. Um prato cheio para uma nação que vê no comunismo representado por Manuela uma ameaça perigosa anticristã, o que ajudou a uma grande

porcentagem de cristãos, sobretudo evangélicos, criassem aversão à figura de Dávila, e escolhessem Bolsonaro como representante do “bem”.



Figura 4: Dávila é alvo de fake news machistas das redes bolsonaristas. Fonte: UOL, 2018.

Assim, fica fácil traçar o paralelo entre a demoniolatria e mulheres do espectro político de esquerda e, no caso de Dávila, desenhar seu corpo com tatuagens de figuras revolucionárias do passado (Che Guevara e Josef Stalin), que também já tiveram, previamente, sua própria reputação desfigurada por movimentos bolsonaristas nas redes sociais, atribuir a ela(s) falas nunca proferidas sobretudo no que tange ao universo mágico do religioso, ou de haver protegido bandidos frente a um personagem, como um policial, considerados todos heróis nas narrativas MBListas/ bolsonaristas, associá-las a drogas ilícitas, configura-se como o Sabbat bruxeril, o ritual que tinha como fulcro o adoecimento, a decadência, a maldição e o mal-estar do establishment “de bem”.

O ódio às “bruxas comunistas”, ou mesmo pela soberania e independência das Amazônas, alimentado desde antes de as já mencionadas jornadas de junho de 2013, tem outro cume horrorizante: a execução sumária da Vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) em 14 de março de 2018, junto de um funcionário, Anderson Gomes. Levando o país ao choque, o assassinato de cunho político tem por trás da orquestração milicianos ligados a grupos de extermínio do estado do Rio de Janeiro, alguns deles com amizades estritas com a família Bolsonaro. Ronnie Lessa, um dos executores, preso no condomínio Vivendas da Barra, o mesmo onde tem residência local o atual Presidente da República do Brasil. Na mesma localidade, em outra operação, foram encontrados 117 fuzis, uma das maiores apreensões de armas feitas na cidade. A parlamentar morta, por ser de partido de esquerda, negra e homossexual, colecionou incontáveis inimigos políticos, que debochavam dela na Câmara municipal, interrompiam-na com frequência em seus discursos e a



ameaçavam amiúde. Embora não se saiba ao certo quem ordenou a execução de Marielle, o crime de ódio não é descartado e a certeza que paira é sobre a natureza política da barbárie cometida. A presença feminina no espaço público, sobretudo com as características identitárias de Franco, incomodou em demasia o modelo social canonizado pelo poderio masculino, que retribuiu de forma avassaladora.

Na ofensiva contra as mulheres, Jair Bolsonaro, em 2013, propôs lei que tinha por objetivo destituir o atendimento às vítimas de estupro. Em diversas ocasiões, o então

Deputado alardeou que não pagaria salário igualitário para mulheres, dado que engravidam e ficam meio ano sem trabalhar. Já como Presidente da República, em 2020, ele afirmou que a repórter Patrícia Campos Melo “queria dar o furo” por uma reportagem exclusiva, afirmou sobre seus filhos que dos quatro machos que haviam nascido, na quinta vez ele tinha dado uma “fraquejada” pois havia nascido uma fêmea, dando a entender que mulheres seriam resultado de uma relação sexual mal-sucedida. As falas do Presidente de estigma ao feminino, junto com seus ministros e auxiliares, rendeu ações milionárias por falas preconceituosas, que visam indenizar associações de combate à violência contra mulheres e em seu acolhimento. Os processos seguem em andamento.

Insinuações sexistas/ sexuais acerca de mulheres não é novidade. Por isso, Bolsonaro se configura como um absoluto consensus omnium, tanto no sentido de que a intelligentsia brasileira (e estrangeira) é praticamente unânime quanto à constatação de sua vaziedade conceitual, sua previsibilidade, quanto ao fato de que ele é um senso comum ambulante. Se uma mulher não se encaixa no establishment social histórico, isto é, esposa, mãe ou religiosa, logo só poderia ser prostituta. Como nos casos aludidos, as mulheres saídas desse cânone só alcançariam êxito em atividades consideradas masculinas através de atividades sexuais.

Não bastassem as falas minorizadoras, o imaginário predominante da mulher objetificada, desprovida de humanidade, auxilia no comportamento masculino bárbaro do feminicídio, entendido aqui como uma agressão sistemática da mulher e sua execução sumária unicamente pelo fato de ser mulher. No ano de 2019, o país registrou aumento no número de casos e, em 2020, devido à pandemia de COVID-19, quando as pessoas ficaram mais em casa, essa taxa disparou. Grande parte acontecia dentro das casas das vítimas e a maioria realizados por seus próprios companheiros e/ ou maridos, além de outros familiares. 61% dessa quantidade eram de mulheres negras e,

“ Em 2014, o Ipea indicou que 50,7% das vítimas de estupro no Brasil são crianças de até 13 anos. Soma-se a isso o fato de o Brasil ser o quarto país do mundo em casamento infantil, segundo o Banco Mundial, e ter 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos, índice bem acima de média mundial, que é de 46 nascimentos a cada mil, segundo relatório da Organização Mundial da Saúde feito entre 2010 e 2015. No que diz respeito a mulheres negras e indígenas, grupos que, por questões de raça, classe e gênero, estão, na maioria das vezes, numa situação de maior vulnerabilidade, o “Mapa da violência de 2015: homicídio de mulheres no Brasil” anotou que entre 2003 e 2013 houve uma queda de 9,8 no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2%. (RIBEIRO, 2019, p. 104)

O caso de uma criança capixaba de dez anos, grávida após ser estuprada, pode exemplificar o que se citou, dado que repercutiu depois que seu aborto, amparado pela Lei Brasileira, teria sido marcada sua execução em Recife-PE. Uma comissão encarregou-se de convencer a menina e a família a que seguissem a gestação do feto mesmo na situação de violência. Segundo investigações preliminares, a “missão” fora enviada pela Ministra da Família e Direitos Humanos Damares, cujo pensamento religioso predomina em toda fala que professa e repercute em toda ação. Foi ela a autora da famosa frase “é hora de a Igreja governar” (NETO, 2020, p. 266). Insatisfeitos com a negativa tanto da família quanto da vítima do estupro, fanáticos religiosos circundaram a clínica onde seria feito o procedimento de interrupção da gravidez, em orações, gritaria e agitos de que estariam enfrentando verdadeiros demônios, a quem atribuem, junto com seus agentes (normalmente pessoas vinculadas a partidos políticos de esquerda) a prática da inserção da política do aborto das sociedades. Mesmo os fanáticos bolsonaristas ameaçando adentrar a clínica (ESTADO DE MINAS, 2020), insultando e aterrorizando o médico que fazia a cirurgia e a vítima junto com sua família (VER FIGURA 5), o que forçou a criança já cheia de traumas a entrar no hospital escondida em um porta malas para fugir dos agitadores, o aborto foi concluído.



Figura 5: Agitadores tentam invadir Unidade Médica onde foi efetuada a interrupção da gravidez de uma criança depois de ser estuprada. Fonte: ESTADO DE MINAS, 2020.

Ademais de passar por toda essa onda de ódio e desrespeito ao corpo feminino, mormente infantil, a criança ainda passou por outro tsunami misógino nas redes sociais, inclusive de um representante Católico. O religioso, entre outras pessoas, afirmou que a criança, que passava pela violência por parte de um tio, gostava das agressões machistas sexuais por haver deixado alongar-se a prática durante tantos anos



Figura 6: Religioso afirma que criança estuprada gostava da violência. Fonte: G1, 2020.

Nesse ínterim, o que dizer do assassino de Campinas, um senhor de 46 anos de idade que chacinou, em festas de ano novo entre 2016/17, sua ex esposa, as mulheres presentes a quem se referiu como “vadias”/“loucas” do “sistema feminista”, e até seu filho –e em seguida se suicidou? Em carta e áudios deixados depois da tragédia que abalou o país no começo do ano de 2017, o assassino, já atordoado por conteúdos de ódio contra o elemento feminino, inclusive com a satanização da Lei Maria da Penha, a que intitula “vadia da Penha” (expressão normalmente utilizada por bolsonaristas para se referir ao que consideram uma lei de “ditadura feminista” no Brasil), o atirador se sente no direito de executar a ação com a utilização de vocábulos chulos e de minoração da mulher. Sua mensagem de ódio perpassa a própria ação, pois legitima o assassinato e encoraja outros homens a agirem semelhantemente caso se deparem diante de situação similar. Segundo a filósofa Maria Tiburi, “Ele não inventou esse assassinato das mulheres sozinho. Ele pode ter atirado sozinho, mas o que ele fez é simbolicamente muito mais grave”, afirmou ela à BBC Brasil (BBC, 2017).

Entre 2017 e 2021, dias atuais, ao invés de chocar e servir de maneira didática para o inibição da violência contra mulheres, de envergonhar os homens, a mensagem do assassino de Campinas parece ter mesmo inspirado. Agressões verbais e físicas sofreram um incremento substancial desde aquele então (e até antes, não nos olvidemos do caso Dilma Rousseff, descrito acima). Durante as campanhas presidenciais brasileiras de 2018, o ódio à mulher parece ter saído de um aspecto subjacente ao debate e se tornado pauta central dos caçadores de bruxas modernos e até de Amazonas autossuficientes e autogovernadas.

Essas tentativas de controle sobre o corpo feminino, herdado desde há milênios, vai de encontro aos padrões patriarcais, de hierarquização da família tradicionalmente aceita. A conscientização da mulher frente a essas categorias de poder fez-lhe libertar-se de amarras sociais que perpassavam as idades históricas e desenvolver conhecimentos que as puseram em patamares de igualdade no quesito discursivo frente aos bordões de caráter religioso que cimentavam o lugar delas na sociedade. Ou seja, as mulheres mudaram com o passar do tempo. Os homens, não.

Daí esse embate frequente entre “fêmeas” maduras intelectualmente e “machos” infantilizados, primitivos. O estigma hereditário mulheril ossificado socialmente através de enunciados pouco elucidativos e, ao contrário, desinformantes, repetidos nas simbologias que passeiam pelos canais de comunicação social, tem sido enfrentado por intermédio de novos códigos, desde a perspectiva dos grupos oprimidos.

Os catigos bruxeris, as inquisições, os julgamentos, as torturas, as fogueiras se assemelham às práticas de linchamento virtual bolsonaristas. Desafiar o patriarcado, encarnado na figura de Jair Bolsonaro, denota o calvário da opositorista: Dávila, por exemplo, relata, ademais de incontáveis e reiteradas coações de risco à sua vida, ataques e possibilidade de estupro à sua filha de 5 anos de idade (METRÓPOLES, 2021). Tudo isso orquestrado por gente que insinua ser “cidadão de bem”, com bandeira religiosa e verde e amarela, sob os dizeres de “Deus acima de todos”. As torturas virtuais às mulheres de oposição ao atual governo federal, cujo ídolo é um torturador da Ditadura Militar, Carlos Alberto Brilhante Ustra, tem levado muitas ao calvário do cansaço, da desistência da luta política e, inclusive, do exílio, como fizeram, a modo de exemplo, a filósofa feminista Márcia Tiburi e a Antropóloga Débora Diniz, que tiveram que fugir do Brasil devido a, além de torturas e pressões desses grupos extremistas e religiosos, reiteradas intimidações às suas vidas devido às suas posições políticas.

Côncias do que representava o bolsonarismo para as mulheres, na verificação de falas e práticas bolsonaristas que as assustavam em demasia, feministas, mulheres negras, trans, da favela e estudantes em geral criaram o movimento “Ele não”, em referência à preterição por Jair Bolsonaro. Em uma página de rede social, onde reuniam milhões de membros, houve um ataque hacker que se apropriou da mesma, passando a postar conteúdos de oposição ao movimento e em favor de Bolsonaro, desarticulando assuntos relevantes que se tinha por ali com relação a elas. O caso continua em investigação, já no STF. Saído das redes para as ruas, a manifestação destes grupos assustou os opositores políticos que, imediatamente, bruxarizaram os protestos de rua femininos, construindo montagens em que distorciam tanto as membras presentes nas manifestações de repúdio a falas e práticas sexistas do bolsonarismo quanto a própria ação coletiva feminina. Um dos boatos que circulavam nas redes sociais bolsonaristas dava conta de que o criador do Movimento “Ele não” seria um homem condenado por pedofilia, recurso este quase sempre integrado em discursos bolsonaristas de descrédito do opositor político. Outros mostravam mulheres em posturas reprováveis, como em rituais do Sabbat bruxeril, deformadas fisicamente, em que algumas estariam inserindo crucifixos em suas partes íntimas (!).

Mais tarde, bolsonaristas exibiriam sua misoginia como troféus não apenas no Brasil como no exterior. Ao gravar um vídeo em que zomba de uma mulher muçulmana na Arábia Saudita, fazendo “piadas” (que eles juram serem engraçadas) com o não entendimento da moça do idioma do brasileiro e insinuações sexuais de cunho machista, o bolsonarista publica sua arrogância frente as mulheres e é detido naquele país (VER FIGURA 7). Insatisfeito em tentar humilhar a vendedora, o bolsonarista publica nas suas redes sociais outras “diversões” suas, mais constrangimentos a mulheres, como aconteceu na sua viagem à Austrália, onde força uma mulher anglofalante a repetir em português palavras de cunho sexual também machistas.





Figura 7: Vendedora saudita é constrangida com insinuações sexistas de bolsonarista. Fonte: CORREIO BRASILIENSE, 2021.

A sanha bolsonarista de perseguição e distorção de ações femininas, mais conscientes nos dias atuais das violências sofridas no dia a dia, normalizadas desde há séculos, parece encontrar paridade com a manutenção do poderio masculino na sociedade, saturada de homens brancos, normalmente anciãos, por todo cargo, função, posto, ofício e mister, ao que os movimentos femininos/feministas intitulam de “patriarcado” (MILLETT, 1970, p. 9). Esse sistema baseado do elemento masculino durante tanto tempo teria se beneficiado de uma lógica que atravessou os séculos intacto e sem questionamentos relevantes, não obstante houvesse um e outro aspecto de fissura que, infelizmente, tenha sido eliminado ou silenciado. Para por um fim a tal conjuntura falida, seria necessário uma revolução sexual, o que

“permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como «masculinas» ou «femininas» e reconsiderar o seu valor no aspecto humano: a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento «masculino» e a ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção (Ídem, p. 10)

A proposta feminista, também relativamente antiga, reivindica a inserção da mulher em papéis que apenas os homens ocupavam. E não apenas isso, mas redefinir conceitos engessados dentro do que poderia ser o masculino e o feminino. O bolsonarismo se apresenta como uma espécie de muro para a concretização dessas propostas, dado que Bolsonaro representa a junção do patriarcado em torno de si como último (?) grito de sobrevivência, daí a tentativa deles em continuar representação nos cargos de liderança, sobretudo políticos, a ridicularizar o feminino e a seguir fazendo “piadas” com mulheres, homossexuais, pessoas negras, etc.

Para superar um aparato estrutural arraigado no recôndito social, como o patriarcado, que representa o machismo, o sexismo, a minoração do feminino, Millett advoga pela educação, dado que grupos que historicamente quando saem de uma fase extensa de opressão, a ênfase na instrução pode equilibrar o que praticamente todo o sempre esteve desigual, e, assim, “o acesso da mulher ao ensino superior, à igualdade de possibilidades em relação ao homem, constituiu um dos principais objectivos das feministas” (Ídem, p. 30). E, embora Millett apresente inúmeros percalços na inserção da mulher nos círculos de educação, incluindo o final do séc. XIX e começo do XX, poderia viver para ver suas preocupações alatrarem-se para 2021 com o bolsonarismo. O bispo Edir Macedo, fundador e proprietário da Igreja Universal, além de apoiador de Jair Bolsonaro, pregou para seus milhões de seguidores e membros que:

“*Você vai fazer até o ensino médio, depois, se quiser a faculdade você que sabe, mas até o seu casamento será apenas uma pessoa de ensino médio. Porque se a Cristiane. Vem cá, Cristiane. Fosse doutora e tivesse um grau de conhecimento elevado e encontrasse um rapaz que tivesse grau de conhecimento baixo, ele não seria o cabeça, ela seria a cabeça. E se ela fosse a cabeça, não serviria à vontade de Deus (CORREIO BRAZILIENSE, 2019)*

A manutenção do patriarcado, tão criticado por Millett e demais teóricas feministas, possui forte raiz no pensamento religioso, dado que o dogma sobretudo cristão incorpora práticas de submissão da mulher face ao poderio do homem. Não se pode ignorar que 40% das mulheres vítimas de agressões psicológicas e físicas são evangélicas, segundo maior grupo religioso do Brasil seguido apenas da Igreja Católica. Nesse contexto, “a submissão pode significar que a mulher de fato estaria em segundo plano em relação ao homem e lhe devia obediência, ou então que é tão importante quanto homem (...)”, pois “a submissão é um conceito bíblico e significa segunda missão” (GALLEGO & ROCHA, 2019, p. 66).

Se por um lado as “bruxas” queimavam por toda Europa, já na tímida manifestação do capitalismo em seus inícios de mudanças feudais do início do Séc. XVI, por outro chegava-se à América com o pensamento colonial que englobava, em seu pacote completo eurocentrado, o patriarcado. As mulheres antissistêmicas feudais ardiavam nas intolerâncias religiosas medievais e, do fogo, passaram para o interior dos lares devido às pressões patronais de exigir o esvaziamento feminino dos espaços públicos. A mulher no capitalismo passaria a ser, dentro do mencionado pacote, mãe, esposa e religiosa. “Bela, recatada e do lar”.

O novo slogan seria “precisa-se de homens e mulheres colonizados. A colonização, no caso brasileiro especificamente, duraria séculos e adquiriria, nas mais recônditas relações sociais, compleição fortemente eurocêntrica. A mulher eurocentrada, sexualizada, diminuída, passaria a exercer funções descritas nas partes menos lidas da bíblia, que mencionam o silêncio delas, sua submissão frente ao marido e serventia procriativa. Com a posse da Ministra Damares Alves na pasta relacionada às mulheres e aos direitos humanos, essa perspectiva colonial tem-se fortalecido, dado que seu objetivo é fazer do Brasil um grande talibanato cristão, sobretudo no enfraquec

imento do avanço dos direitos femininos no país. Além de várias barbaridades que já proferiu, Damares representa bem o pensamento colonial quando frisa que “menino veste azul e menina veste rosa”, como se cor de vestimenta definisse a identidade de um indivíduo. Foi por esse motivo que a Organização das Nações Unidas cobrou à membra do governo Bolsonaro medidas de acesso de meninas e mulheres a direitos que as preservem, entre eles ao do aborto legal (PODER 360, 2020). Nesse sentido,

“Não custa nada recordar que, desde os seus nascedouros, Direitos humanos estão profundamente ligados, de modo que onde não há garantia de laicidade estatal, há prejuízo na busca pela liberdade e pelos demais direitos da pessoa humana (NETO, 2020, p. 267)

Já a perspectiva Decolonial visa a descolonização epistemológica, em que o pacote completo do eurocentrismo, resumido em patriarcal, capitalista, cristão, machista, sexista, heteronormativo, caucasiano, unilateral, homogeneizador cultural, abre lugar frente à visão de um mundo pluralizado e multidimensional em suas perspectivas da práxis social. O feminismo causa ojeriza e medo a esses grupos reacionários justamente pelo fato de conscientização face à opressão, ou seja, uma vez em que veem seus corpos utilizados, criminalizados, controlados, cada vez mais mulheres se unem à causa que não é outra que não sua mesma, posto que o objetivo fim seria a total liberdade solapada nas eras anteriores da historiografia.

O episódio da “conquista” a partir do “descobrimento” acendeu a fase de europeização dos sujeitos locais americanos, ao que Henrique Dussel intitula El encubrimiento del Otro. Ou seja, para Dussel, houve, na imposição da cultura europeia em detrimento da local, um apagamento das identidades outras, onde os indivíduos não europeus precisaram aceitar a encomenda cultural poderosa do velho continente, restringindo as liberdades relativas outrora tidas. A nudez e a sexualidade da mulher indígena, desde 1500 no caso brasileiro, intrigou os componentes das caravanas ancoradas na costa da terra recém descoberta. A liberdade sexual, os despidos, a ingenuidade escandalizaram o colonizador de maneira até hoje demonizadas. Foi essa liberdade que Dussel chamou de encubrimiento: perdeu-se a ingenuidade primordial. A maldade do conquistador, em seus olhos ávidos por sexualidade, pela mulher, escaneador de moralidades no corpo alheio se projeta no Outro, ou na Outra.

A proposta de descolonizar o pensamento parte do pressuposto de promover o processo inverso a que o colonizador submeteu o colonizado: devolver os conceitos impostos desde há 521 anos e desfazer a programação psíquica. No lugar, pode-se reprogramar com a igualdades, a tolerância, a pluralidade, o reconhecimento do Outro, a liberdade e outorgar ao humano o seu direito: os direitos humanos. Provavelmente, pode-se fazer como os catalães de 1820 (VER FIGURA 8) que, exaustos de seus inquisidores bestiais, fizeram da queima de arquivos inquisitoriais, de seus registros, de hostilidadea representantes temidos da religião, uma prática de diversão localizada, uma carta de alforria, de libertação de gilhões e amarras.

## Bibliografía

ADORNO, Theodor W. Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: Unesp Ed., 2019.

ARBEX, Daniela. O Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60.000 mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Ed., 2013.

BAROJA, Julio C. Las brujas y su mundo. Revista de Occidente, Madrid, 1961.

BBC NEWS [website]. Assassino de Campinas atirou sozinho, mas não inventou assassinato de mulheres sozinho, diz filósofa. Renata Mendonça, BBC, São Paulo, 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38503326>. Acesso em 3 mai 2021.

Carranco, Morgana. (2020, julio-agosto). De brujas y mujeres. Revista Digital Universitaria (rdu), 21(4). doi: <http://doi.org/10.22201/codeic.16076079e.2020.21.4.4>. Acesso em 6 jun 2021.

CORREIO BRAZILIENSE [website]. Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o homem. Ingrid Soares, CB, Brasília, 2019. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>. Acesso em 3 jun 2021.

CORREIO BRAZILIENSE [website]. Influencer bolsonarista é preso ao assediar vendedora no Egito. Renato Souza, CB, Brasília, 2021. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4927903-influencer-bolsonarista-e-preso-ao-assediar-vendedora-no-egito.html>. Acesso em 3 jun 2021.

DUSSEL, Henrique. 1492 – El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Ed., 1994.

ESTADÃO [website]. É falso que Maria do Rosário tenha criticado PM que reagiu a assalto. Pedro Prata, São Paulo, 2020. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/e-falso-que-maria-do-rosario-tenha-criticado-pm-que-reagiu-a-tentativa-de-assalto/>. Acesso em 2 jun 2021.

GALLEGO, Esther S; ROCHA, Camila. Conservadores versus Movimentos Feministas, Negro e LGBT: Um Diálogo Impossível?. In Brasil em colapso. São Paulo: Unifesp Ed., 2019.

G1 [website]. Padre que disse que menina de 10 anos ‘compactuou com o estupro’ é investigado por apologia ao crime em MT. G1, Mato Grosso, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/21/padre-que-disse-que-menina-de-10-anos-compactuou-com-o-estupro-e-investigado-por-apologia-ao-crime-em-mt.ghtml>. Acesso em 2 jun 2021.

GREEN, Toby. Inquisição: o reinado do medo. Rio de Janeiro: Objetiva Ed., 2011.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. Malleus Maleficarum – o martelo das feiticeiras. Edição de Rose Marie Muraro. Rio de Janeiro: Record, 2020.

METRÓPOLIS [website]. Manuela Dávila denuncia ameaça de estupro contra filha de 5 anos. Luciana Lima, Metrôpoles, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politi>



METRÓPOLIS [website]. Manuela Dávila denuncia ameaça de estupro contra filha de 5 anos. Luciana Lima, Metrôpoles, 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/manuela-denuncia-ameacas-de-estupro-contra-sua-filha-de-5-anos>. Acesso em 1 jun 2021.

MILLET, Kate. Política Sexual. Lisboa: D. Quixote, 1970.

NETO, Othoniel Pinheiro. Fanatismo e manipulação: o esquema da nova colonização do Brasil. Campinas-SP: Pontes editores, 2020.

PODER 360 [website]. ONU cobra Damares por ações sobre direito das mulheres. Sérgio Lima, Poder 360, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/onu-cobra-explicacao-de-damares-por-aco-esobre-direitos-das-mulheres/>. Acesso em 2 jun 2021.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo à frente. In O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil. GALLEGO, Esther S. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2018.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas ruas: a outra política que emergiu em 2013. Belo Horizonte: Letramento Ed., 2014.

SANTOS, Rossemildo da S. El Amazonas en las crónicas españolas del siglo XVI. Trabajo Fin de Máster. Castilla y León, España: Universidad de Valladolid, 2015.

SANTOS, Rossemildo da S. O Bolsonarismo, o Rei de Siam e o Gelo. Revista Alembra, RA Confresa-MT. Volume 1. Número 1. Fev a jun 2021.

TERRA [website]. Governo faz denúncia a MP de adesivo com ofensa a Dilma. Terra, 2015. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sogleRCRD.html>. Acesso em 30 mai 2021.

UOL [website]. É montagem foto de Manuela Dávila com tatuagem de Che Guevara e Lenin. Carol Macário, Rio de Janeiro, 2020; Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/30/verificamos-manuela-davila-tatuagens-che-guevara-lenin/>. Acesso em 30 mai 2021.

Rossemildo Da Silva Santos

Licenciatura em Letras - Português y Español de la Universidad Federal de Acre (2006), Maestría en Letras - Lenguaje e Identidad de la Universidad Federal de Acre (2010), Maestría en Europa y el Mundo Atlántico: poder, cultura y sociedad - Universidad de Valladolid (2011) y Doctorado en Europa y el mundo atlántico: poder, cultura y sociedad por el Instituto Universitario de Historia Simancas - Universidad de Valladolid, España (2015). Actualmente es profesor en el Instituto Federal de Acre. Tiene experiencia en el campo de la Literatura, con énfasis en la Literatura de Viajes, trabajando principalmente en el siguiente tema: Literatura de Viajes, visión del otro, siglos XVI y XIX.